

As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)

Nívia Pombo

Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998) e mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atuou como pesquisadora da revista Nossa História de 2003 a 2006 e na Revista de História da Biblioteca Nacional de 2007 a 2009. No momento, desenvolve projeto de Doutorado na Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

Inscrito nos planos reformistas da coroa portuguesa, o Jardim Botânico de Belém do Pará, criado em 1796, funcionaria como um entreposto de contrabando, agenciado pelo próprio Estado, de plantas e sementes vindas dos Jardins de Caiena. O motor da cobiça pelas plantas e sementes tinha como combustível a crença disseminada pela ilustração do poder da agricultura como instrumento de reerguimento econômico, por meio da diversificação da lavoura e ampliação da produção. Distante de motivações científicas, tinha como objetivo manter em tempos de crise os laços mercantilistas e reequilibrar a balança econômica do reino.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração científica, Contrabando, Jardins Botânicos de Belém do Pará e Caiena

ABSTRACT

The Botanical Gardens of Belém do Pará were created in 1796 as a warehouse for smuggling plants and seeds from the gardens of Cayenne. The activity managed by the state as part in the reform plans. The greed for those plants and seeds was because of the widespread belief that agriculture would be a tool for economic uplift. All through crop diversification and expansion of production. In times of crisis this action was meant to restore mercantile ties and the realm's balance of trade.

KEYWORDS: Scientific exploration, Smuggling, Botanical Gardens of Belem do Para and Cayenne

Pouco antes de anunciar a execução da ordem régia sobre a instalação de um jardim botânico na capitania do Pará, o Governador Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho escreveu ao seu irmão Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, para contar o sucesso de uma missão à colônia francesa de Caiena. Era uma das últimas cartas do ano de 1797 e o governador sabia que a notícia seria vista com bons olhos pelo Príncipe Regente Dom João. Orgulhoso, informou sobre o recolhimento de mudas de “cravo-da-índia, canela, pimenta e diversas árvores frutíferas”, e que o agente responsável pela coleta voltou a Caiena para conseguir, mesmo sob o risco de enforcamento, “todos os gêneros de plantas que lá existir”.¹

¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, doravante ANRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 19. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, doravante ANRJ.

Meses depois, em março de 1798, em um ofício para Dom Rodrigo, o governador anunciou, finalmente, o estabelecimento do Jardim Botânico em Belém do Pará destinado à “educação de plantas estranhas”. No documento, avisava sobre o envio a Lisboa de “dois pés de árvores do pão”, e que, segundo ele, passados dois meses, poderia também “mandar a Real Presença, e para os Governos do Brasil alguns [pés] do girofle [cravo-da-índia], e da canela”.² Animado com os sucessos da aclimação das plantas em Belém, Dom Rodrigo escreveu ao irmão para dizer que era desejo do príncipe que o dito jardim servisse de “modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras capitães do Brasil”.³

Inscrito nos planos reformistas da coroa portuguesa, o Jardim Botânico de Belém do Pará funcionaria como um entreposto para o contrabando, agenciado pelo próprio Estado, de plantas e sementes vindas da colônia francesa de Caiena. Portugal, desde meados do século XVIII, passou a incentivar o cultivo de espécimes botânicos e a aclimação de plantas exóticas como meio de reequilibrar a balança comercial do Reino. Para cumprir este objetivo era preciso aperfeiçoar seus quadros, investindo na formação de agentes capazes de inventariar a natureza das colônias e informar sobre suas reais potencialidades econômicas. Reformou a Universidade de Coimbra (1772), apoiou instituições de produção e divulgação do saber, como a Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), e financiou expedições de exploração científica ultramarinas, tornando-se, desse modo, patrona da produção do conhecimento sobre o Império.⁴

Não seria a primeira vez que os portugueses investiriam na experiência de trans-

plantar mudas de suas conquistas. No século dos Descobrimientos, os portugueses promoveram uma intensa troca de plantas entre as suas colônias, trabalho feito em grande parte pelos missionários jesuítas.⁵ A despeito do pioneirismo, Portugal encontrava-se muito atrás dos avanços científicos de outros centros europeus. Após a perda das possessões orientais e da diminuição das rendas dos minérios extraídos da América portuguesa, era preciso criar novas formas de dinamizar a economia do Reino. A saída era redefinir a base teórica da exploração do Novo Mundo, trabalho que teve seu início nas reformas pombalinas de meados do século XVIII.

Para retomar as rédeas do avanço científico iniciado no século XVIII, a “intelligentsia portuguesa” precisou aderir aos “esquemas mentais do Iluminismo”, como afirmou Fernando Novais.⁶ Esta consciência de que era preciso se recuperar do afastamento cultural e intelectual do restante da Europa era recorrente entre estadistas, como Dom Rodrigo que, em 1787, ao tratar da administração das finanças, queixou-se da “ausência de luzes” e de “disposição” dos funcionários para lidar com “*tão difícil matéria, de que resultou atrasar-nos nestes dois grandes e essenciais objetos, de que depende a força do príncipe e a do Estado, mais de um século de todas as outras nações*”, insistindo nos “*grandes objetos que podem fazer prosperar a nossa agricultura e as artes [...] os quais é contudo necessário introduzir se quisermos viver e existir como os outros europeus*”.⁷

Para viver e existir como os outros europeus, era preciso seguir a mesma cartilha. Desde meados do século XVIII, conhecer a fauna e a flora das colônias ultramarinas se constituiu como um dos principais itens da

² Idem.

³ ANRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 20.

⁴ Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1998.

⁶ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6a Ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 214.

⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo. M.N.E. *Legação portuguesa em Turim*, caixa 864, Ofício nº 43. Carta particular de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 21-11-1787. Publicada em: André Mansuy-Diniz Silva. (dir.). *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros*. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Tomos I e II, 1993. T. I, p. LI-LII.

pauta reformista das metrópoles europeias, especialmente na França e na Inglaterra, responsáveis por criar centros de estudos para identificar, classificar e aclimatar as plantas. A coroa francesa, por exemplo, via as expedições e as publicações como responsabilidade dos cofres régios e, desde o século XVII, financiava os estudos botânicos realizados no Jardim Real de Plantas Medicinais de Paris (1640). Enviava naturalistas para as colônias, promovendo a permuta entre espécimes originados nos territórios do Índico e do Atlântico.⁸

E, ao contrário da política de segredo lusa, de não divulgar estudos sobre a riqueza natural de suas colônias, os franceses investiram em publicações sobre as suas colônias nas Antilhas e nas Guianas. Só no século XVIII, encontramos as obras dos botânicos Charles Plumier (1703), Thibault de Chanvalon (1763), do naturalista e ornitólogo Pierre Barrère (1741), do cientista La Condamine (1751), do naturalista Peyssonel (1752), do farmacêutico e botânico Fusée Aublet (1775), além dos periódicos dedicados às técnicas agrícolas⁹. Investigando as Antilhas e a América do Sul entre 1703 e 1706, o botânico Louis Feuillée, publicou com o subsídio do Governo francês a *Histoire des plantes médicales para acompanhar o periódico Journal des observations... faites sur les côtes orientales de l'Amérique (1714-1725)*. Em São Domingos, os franceses aperfeiçoaram o cultivo da cochoilha e conseguiram aclimatar espécies extraídas da África e da Ásia, além de terem realizados importantes avanços no estudo das doenças tropicais, como com-

provam os estudos do médico francês Jean Barthélemy Dazille.¹⁰

Diante dos avanços científicos e de sua vulnerabilidade frente aos rivais franceses, espanhóis e ingleses, Portugal procurou inventariar seus territórios da América e da África e o resultado desses estudos eram apresentados em forma de memórias na Academia das Ciências de Lisboa.¹¹ Neste espaço eram apresentados diagnósticos, pareceres eruditos e propostas formuladas por homens letrados e funcionários de Estado. Muitas destas ideias saíram do papel e passaram para o plano administrativo, como ocorreu com as políticas direcionadas para a capitania do Pará que, desde o consulado pombalino, recebeu atenção especial por parte da coroa portuguesa.

O primeiro passo nesse sentido foi a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, responsável pela execução dos planos reformistas da coroa para o norte da América portuguesa. A região era cobijada pelos vizinhos espanhóis e holandeses e o governador tinha como uma de suas missões, acompanhar os trabalhos das comissões de demarcação de limites. No entanto, como denunciou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no "Diário da Viagem Filosófica", a agricultura da capitania encontrava-se prejudicada pela falta de interesse dos colonos, que apenas se interessavam pela busca das "drogas do sertão" e pela escassez de mão de obra. Percorrendo diversas vilas da região, o naturalista descreveu a fragilidade das culturas do anil, do arroz e do café. Por estas razões, Mendonça Furtado também teria que se pre-

⁸ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, ciência e saúde*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500002&Ing=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 out. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702001000500002.

⁹ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, ciência e saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400006&Ing=en&nrm=iso>. Acessos em 27 out. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702004000400006.

¹⁰ McCLELLAN, James E. *Colonialism and Science: Saint Domingue in the old Regime*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992. p. 113 e 141. RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Niterói, Tempo, n. 6: 157-182, 1998. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em: 23 de out. 2009.

¹¹ Sobre a ideia de vulnerabilidade do território português na dobradura dos séculos XVIII e XIX, ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem; Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

ocupar com a exploração agrícola e com os problemas relacionados à mão de obra indígena na Amazônia.¹²

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, a diversificação econômica tornou-se tema central das narrativas de viagens pela Amazônia do século XVIII. Para incentivá-la, o governador criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estimulou a criação de vilas e caminhos fluviais.¹³ Buscando incrementar e diversificar a agricultura da região, o Estado também investiu em novas culturas, distribuindo manuais de agricultura e sementes de anil, cânhamo, café e arroz para agentes da administração colonial. Medidas legislativas foram criadas como meios de estimular a cultura e o comércio de determinados produtos: dois decretos de 1781 isentavam a entrada do anil nas alfândegas do Reino e dos domínios por cinco anos; o alvará de 24/7/1781 proibia a entrada no Reino de todo arroz que não fosse produzido em suas colônias; em 1783, isentava-se por mais dez anos o direito de entrada do arroz; em 1790, o cacau, o café e o arroz tiveram o abatimento de uma libra de tara para a entrada no Reino.¹⁴

Apesar dos esforços da administração metropolitana, o trabalho de aclimação das plantas e da dinamização de sua produção não era tão simples. Se a correspondência revela o intenso envio de caixotes com amostras de plantas, cascas, mudas e sementes, mostra também as adversidades do plantio de algumas espécies. Em junho de 1800, o Capitão Lourenço José Corrêa de Carvalho, inspetor do Horto Botânico de Belém, informou ao ministro do ultramar do plantio de “sementes de pinheiro da

variedade escocesa e das pinhas de cedro do Líbano” e apesar de tê-las plantado “nas diferentes conjunções da lua e em diferentes terrenos”, as ditas ainda não tinham nascido.¹⁵ O cravo-da-índia, considerado “vagaroso”, era preocupação recorrente do Governador Francisco Maurício de Souza Coutinho, queixando-se com frequência em suas cartas da morte de quase todos os pés plantados no horto e de outros que ele havia dado a particulares.¹⁶

Diante das dificuldades não era incomum a orientação de se buscar em Caiena espécimes já adaptados ao ecossistema amazônico. Na “Memória sobre a transplantação das árvores mais úteis de países remotos”, Domenico Vandelli sugere o cultivo de especiarias do Oriente nas capitanias portuguesas da América para enfrentar a concorrência inglesa na Índia, recomendando a utilização de mudas da Guiana Francesa, onde já se encontravam aclimatadas.¹⁷ Anos mais tarde, Dom Rodrigo de Souza Coutinho reconheceria a superioridade dos estudos de botânica e das técnicas de aclimação de especiarias dos franceses, atividade “que os nossos nunca souberam fazer”, lamentava ao então Governador do Pará José Narciso de Magalhães e Menezes.¹⁸

Desde sua criação em 1796, o Jardim Botânico do Pará manteve relações estreitas com os jardins de Caiena, sobretudo com a fazenda La Gabrielle. Para Nelson Rodrigues Sanjad, a aproximação estava diretamente relacionada com os desdobramentos da Revolução Francesa.¹⁹ No entanto, se por um lado Caiena tinha se transformado em um local para a deportação dos

¹² Ronald Raminelli. *Ciência e colonização...* p. 171 e ss.

¹³ Ciro F. Cardoso. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984; Manuel Nunes Dias. “Política pombalina na colonização da Amazônia” (1755-1778)”, *Studia*, 7-31, abril 1968.

¹⁴ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. P. 256-7.

¹⁵ Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 21. ANRJ.

¹⁶ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Jardim Botânico de Belém*. Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, n. 7, p. 1-14, 1946.

¹⁷ Apud: ALMEIDA, L. F. de. “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de História*. T. XV, 1976, p. 339-481.

¹⁸ Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Pará. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. Arquivo Público do Estado do Pará, cód. 751. Apud: SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. São Paulo: Instituto de Geociências / Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 89.

¹⁹ SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José...*

inimigos políticos da revolução e de terror para seus habitantes que assistiram ao fim da escravidão, por outro a instalação do jardim no Pará ocorre em um momento de retrocesso dos financiamentos das atividades científicas nas colônias, como afirmou Ronald Raminelli. Portugal mais uma vez se via em situação desfavorável no jogo diplomático europeu. A Espanha e a França assinaram o Tratado de Paz em Basileia (1795), transformando-se em ameaça real às fronteiras lusitanas na América portuguesa. Caso cedesse às pressões franco-espanholas, poderia assistir à pilhagem inglesa de seus territórios atlânticos. Os recursos precisavam estar voltados para a defesa do território, prioridade da Monarquia portuguesa.²⁰

Com poucos recursos e tendo que obedecer às demandas vindas de Lisboa, Francisco Maurício de Souza Coutinho agiu de forma pragmática. Sob o pretexto de observar a movimentação dos franceses em Caiena, o governador enviou espiões para coletar espécimes botânicos para o jardim de Belém do Pará.²¹ Eram agricultores que, após os tumultos provocados pela abolição da escravidão em Caiena, estavam exilados no Pará, como o caso do francês Michel du Grenoullier que foi nomeado o primeiro diretor do Jardim Botânico e de seu cunhado Jean-Baptiste Antoine Grimard. Segundo Sanjad, foram eles os responsáveis por trazerem as “sementes e mudas de cravo, pimenta, fruta-pão, manga e ‘abricó de São Domingos’[...] primeiras plantas exóticas a serem cultivadas no jardim e distribuídas para agricultores e outras capitânias”.²²

Contrabandeadas de Caiena, as plantas parecem ter gostado do novo habitat. É o que se pode constatar lendo o relatório que Dom Francisco de Souza Coutinho escreveu ao seu irmão, Dom Rodrigo de Souza Coutinho:

Finalmente em resultado de tantas, e tão repetidas diligências por uma vez fizemos a aquisição do cravo da Índia (Girofle). De Caiena trouxeram os nossos honrados emissários a todo risco, e tendo efetivamente passado por mui grande, um considerável provimento de sementes do dito Girofle que postas em viveiros produziram duzentas ou trezentas tenras plantas que com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos se ficam tratando e prometem vingar.

Trouxeram também alguns pés de pimenta os quais assim como outros da mesma pimenta, e do cravo anteriormente vindos, todos têm morrido deixando-me desenganado por travessia [sic] do mar em embarcações pequenas é fatal a todas as plantas, e que só se aproveita o trabalho na remessa de sementes. A noz moscada não veio desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apesar da grande dificuldade que se figura de haver-se por estarem as únicas duas outras árvores que têm Caiena em poder de um indivíduo que as guarda com todo o cuidado e não terem até agora produzido senão duas sementes. Vieram entanto algumas de árvores de pão, de mangas, e de abricós de S. Domingos as quais pegaram maravilhosamente.²³

Posteriormente, outro emigrado, Jacques Sahut, assumiu a direção do jardim e continuou com a estratégia de obtenção de mudas por meio de contrabando, como relatou mais uma vez Dom Francisco ao seu irmão:

De Caiena não pude ainda haver a moscada e a pimenta, agora espero que ou por bem ou por mal as terei, principalmente a primeira que é a de que o Brasil carece. Por

²⁰ Cf. Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas...* p. 131-133.

²¹ Sobre a preocupação do governador com a movimentação político-militar em Caiena, ver a correspondência dos anos de 1796 e 1797 de Dom Francisco de Souza Coutinho com os secretários de Estado no IHGB – Conselho Ultramarino; sobre a coleta de espécimes em Caiena REIS, Arthur C. F. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

²² SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José...*, p. 90.

²³ Ofício de Dom Francisco de Souza Coutinho a Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. Apud: SANJAD, Nelson Rodrigues. Op. Cit. p. 91.

bem pelos parente de Grenoullier, a quem fiz saber a Graça que podem esperar da herança dele que sempre cuidaram que é mais avultada, por mal furando-se ao que tem árvores enclausuradas.

Em dois anos, o jardim de Belém do Pará já totalizava 2.354 pés de plantas nativas e exóticas, como se pode constatar pelo “Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril de 1800”. De Caiena, constam abricós (5 pés), frutas-pão (9), abacateiro (1), cravos-da-índia (49), jacas (10), jasmims (2) e maracujás (24), além de plantas vindas de Suriname, do Oriente, da Europa e de outras capitanias da América portuguesa.

No entanto, a delicada conjuntura diplomática na Europa tornava a manutenção do tráfico clandestino de plantas uma operação cada vez mais delicada. Segundo Arthur Cesar Ferreira Reis, Dom Francisco de Souza Coutinho elaborou um plano para a conquista de Caiena durante o seu governo e insistiu nesta ideia em sua correspondência com a Corte. Seria uma medida preventiva, pois além do perigo de uma invasão francesa ao território português, Caiena estava contaminada pelos “princípios franceses”, uma ameaça ao Império português.

É bem provável que o governador também tivesse uma boa noção dos rendimentos do complexo agrícola da colônia, formado pela *Habitation Royale des Épiceries*, pelas sementeiras e viveiros de *Mont-Baduel*, pela *Habitation Tilsit* e pela fábrica de madeiras de Nancibo. Nos mapas dos rendimentos desses estabelecimentos agrícolas de 1812 a 1815, é possível ter uma noção do volume das exportações de especiarias para a Europa e a variedade de plantas aclimatadas na colônia francesa. Considerando a crença que o pensamento ilustrado devotava à agricultura, nos jardins de Caiena estavam plantadas as “riquezas do mundo”.²⁴

Mas a aventura das plantas não parava aí. Cinco anos após Dom Francisco de

Souza Coutinho deixar o Governo do Pará, a Família Real chega ao Brasil e, no ano seguinte, com o apoio da Inglaterra, Portugal invade Caiena. No mesmo ano, intensificam-se os envios de “caixas de plantas exóticas de Caiena destinadas para o Grão-Pará”.²⁵ O Tenente-Coronel Manoel Marques, responsável pela defesa militar da colônia recém-conquistada, tratou de fazer uma investigação em La Gabrielle para verificar a situação da cultura das árvores de especiarias e das condições de produção da habitação. A leitura da memória escrita pelo Sargento João Henrique deixa evidente que os portugueses assumiram a posse do complexo agrícola em perfeito estado de conservação e funcionamento. O sargento menciona inclusive a existência de um hospital “com muito asseio e bem arejado”, onde os doentes tinham “leito com enxergão [colchão de palha] e mosquiteiro”, além de uma botica “bem composta e bem sortida”.

João Henrique teceu considerações sobre o bom tratamento que recebiam os 315 escravos que trabalhavam em La Gabrielle. Para o sargento “os negros desta fazenda... não são infelizes”. Elogia o trabalho do botânico francês Joseph Martin, há mais de 20 anos à frente da fazenda:

é impossível encontrar-se uma habitação mais bem distribuída e ordenada e em melhor estado do que aquela: as plantas estão vigorosamente sortidas, e quando se refletir na força da vegetação neste país, custará a conceber o como é possível conservar as plantações da Gabriella no estado de asseio e beleza em que se acham.

Os elogios e o ânimo do funcionário, no entanto, não estavam afinados com a opinião do botânico Martin sobre a administração portuguesa do complexo agrícola. No final de 1809, ao receber uma cobrança do Governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, para explicar a diminuição da produção de cravos em La Gabrielle, o botânico

²⁴ Expressão que tomo de empréstimo a Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento... p. 831.

²⁵ ANRJ. Secretaria de Governo da Capitania do Pará, código 89.

queixa-se da negligência da coroa portuguesa com a instituição. Lembra ao governador que no tempo da administração francesa os escravos eram “tratados com o maior cuidado, e principalmente nas suas doenças... dava-se a cada indivíduo cinco libras de carne ou peixe salgado por mês... dava anualmente um vestuário a cada escravo...”.

Quanto a La Gabrielle:

Senhor governador, não foi olhada em todos os tempos, senão como um estabelecimento próprio para excitar a emulação e como sementeira; dali saíram todas as plantas novas que hoje se acham espalhadas e cultivadas no território da colônia e era da intenção [...] do governo francês de fazer executar experiências sobre estas novas culturas [...] o Sr. Hugues [referência ao governador de Caiena Victor Hugues expulso pelos portugueses] não contava com o cravo na regulação das despesas da sua administração, mas aproveitava de circunstâncias, para o trocar por subsistência....

Convicto da importância do seu trabalho e da ausência de especialistas portugueses capazes de administrar a La Gabrielle, o botânico encerrou sua carta em tom de ironia e insubordinação:

Eis aqui as informações em que posso dar a V. Sa., e se com elas tenho satisfeito ao que desejava ordenando-me que lhas submetesse, contarei a honra da sua aprovação no número das que sempre mereci da parte do governo francês [...] Muito humilde e obediente servo, Martin.

Se La Gabrielle não foi a razão para a invasão e conquista de Caiena, foi sem dúvida um dos ganhos mais significativos. O valor da *Habitation Royale des Épiceries* pode ser mensurado na disputa pela sua posse após a invasão. Como lembrou Oliveira Lima, Luís XVIII a mandou reclamar do Governo de Dom João. A propriedade era mantida do bolsinho do Rei Luís XVI e suas despesas sempre foram separadas da administração

colonial. Luís XVIII, irmão, porém não mais sucessor do trono francês, reclamava direito de herdeiro e que a plantaçao deveria ficar de fora da posse de Caiena.

Após a invasão, os ingleses também tentaram tirar proveitos da propriedade. O comandante britânico Lucas Yeo, requisitou como butim de guerra as naus francesas, o pagamento de 500 mil cruzados e a posse da La Gabrielle, o que provocou protestos entre as autoridades do Pará. Foi a negociação do “Termo de Rendição”, firmado entre o Governador de Caiena, Victor Hugues, e o comandante português Manoel Marques, que freou as pretensões inglesas. Nele foi colocado um artigo exclusivo para La Gabrielle, o 14º, mostrando a importância da propriedade para os franceses:

Desejando conservar a plantaçao de especiarias, chamada La Gabrielle, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edificio nem plantaçao, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente tal qual se entrega aos comandantes de S. A. o Príncipe Regente.

As autoridades portuguesas, no entanto, não cumpririam o artigo. Incerta dos desdobramentos da façanha de tomar a colônia do seu principal inimigo, considerou prudente transferir a maior quantidade possível de espécimes botânicos, como revela a carta de Dom Rodrigo para o Governador do Pará, José Narciso de Magalhães:

O sistema que se deve seguir para conservar Caiena sem que venha a ser pesada à Real Fazenda [...] é a pronta e imediata transplantação para o Pará e para os outros domínios do Brasil, da maior quantidade possível de todas as árvores de especiaria, [...] particularmente da noz moscada, que ali existe e que nos domínios do Brasil se não possuem [...]

O motor da cobiça pelas plantas e sementes tinha como combustível a crença disseminada pela ilustração no poder da agricultura como instrumento de reergui-

mento econômico e de promoção da felicidade dos povos. Contudo, é importante chamar a atenção para as distintas razões de Estado. Como pôde ser apreendido da queixa do botânico Joseph Martin, La Gabrielle era um laboratório de aclimação e estudos científicos para os franceses. Este não era o interesse da administração

portuguesa ao transferir os espécimes para os jardins das capitânicas do Brasil. Distante das motivações científicas, as plantas seriam úteis para diversificar as lavouras, ampliar a produção com o objetivo de manter em tempos de crise os laços mercantilistas, porém agora ilustrados, entre metrópole e colônia.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem; Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1998. Vol. 3.

Ciro F. Cardoso. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, 1708-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. São Paulo: ed. da Unicamp, 1997.

DIAS, Manuel Nunes Dias. “Política pombalina na colonização da Amazônia” (1755-1778)”. *Studia*, 7-31, abril 1968.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 278: jan/mar. 1969.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Das arcas coloniais ao palácio de Queluz: dilemas luso-brasileiros no governo da fazenda real nas Memórias do códice 807. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 163 (416): 67-85, jul/set. 2002.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica, 1750-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil, história natural no Setecentos luso-brasileiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial: administração, economia e sociedade*. São Paulo: Difel, 1985. T. I, vol. II.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750 - 1808*; tradução de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. 1978.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. _____. "Ciência e colonização. Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira". Niterói, Tempo, n. 6: 157-182, 1998.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Jardim Botânico de Belém*. Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, n. 7, p. 1-14, 1946.

_____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. São Paulo: Instituto de Geociências / Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 316: 170-278, jul. / set. 1977.